

Jutahy: Usucapião não é a solução definitiva para conflito de terras

BRASÍLIA (O GLOBO) — O senador Jutahy Magalhães (PDS-BA) disse ontem, ao justificar o seu substitutivo ao projeto do Governo sobre o usucapião especial, que a ampliação da proposta original "não tem o alcance de uma reforma agrária nem a pretensão de solucionar, de uma vez por todas, os conflitos de terras no País".

— Estamos convencidos de que somente a criação de uma justiça agrária especializada seria capaz de levar ao Brasil a verdadeira e necessária paz fundiária — disse Jutahy Magalhães. Para ele, o substitutivo será útil, numa primeira fase, "à política de fixação do homem rural, nas terras que cultiva, bem como de extinção gradativa das formas anti-sociais de propriedade, beneficiando, portanto, uma grande quantidade de famílias".

Jutahy Magalhães ampliou em muito o alcance do projeto do Governo: passou de 20 para 25 hectares o tamanho do imóvel rural usucapível; estendeu o projeto para as terras particulares; determinou que caberá ao Governo, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, determinar quais terras situadas em áreas de segurança

nacional são indispensáveis à união e insuscetíveis de serem usucapiadas; e diminuiu de 60 para 45 dias o prazo de vigência da lei após a sua publicação.

O senador Jutahy Magalhães acatou parcialmente 25 emendas, e rejeitou completamente 75 emendas dentre as 102 apresentadas por senadores e deputados de todos os partidos à comissão mista.

Votada ontem na Comissão Mista, a matéria proposta pelo Governo e ampliada pelo relator Jutahy Magalhães vai à discussão plenária amanhã às 10 horas, e será votada na próxima quarta-feira, dia 25, a partir das 19 horas. Primeiro será votado o substitutivo, e no caso de sua rejeição, o projeto original do Governo.

AS MODIFICAÇÕES

Jutahy Magalhães advertiu que não é favorável à extensão, no mesmo projeto e substitutivo, do sistema do usucapião especial de cinco anos também para imóveis urbanos, por entender que "uma legislação específica deveria, a abordar a questão, após amadurecida e exaustiva análise e com a maior brevidade

possível". O senador reconheceu que o problema do solo urbano "atinge gravidade particular no País, onde favelas e aglomerações humanas ostentam condições de existência subumana".

Outra modificação importante introduzida por Jutahy Magalhães no projeto de lei do Governo é de que ação de usucapião especial "será processada e julgada na comarca da situação do imóvel". Pelo projeto original, essa ação seria feita através da Justiça Federal, o que levaria, no entender do relator, a deslocamentos de posseiros para as capitais, representando ônus e demora no despacho dos processos.

O senador Jutahy Magalhães fez outras alterações — no mais das vezes, apenas de ordem redacional — no projeto original do Governo. Essas modificações foram acertadas a semana passada com o chefe do Gabinete Civil, Leitão de Abreu, de comum acordo com as lideranças do PDS no Senado e na Câmara, e com a anuência do ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, e do presidente do partido, senador José Sarney.